

**PARECER N.º               /2022**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**PROJETO DE LEI N.º 184/2022.**

**OBJETO: ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA QUE MENCIONA PARA RUA MARIA CLEONICE COSTA.**

**AUTOR: VEREADOR DIÁCONO GÊ.**

**RELATORA: VEREADORA NAIR DAYANA.**

### **1. Relatório:**

Trata-se do Projeto de Lei n.º 184/2022 de autoria do Vereador Diácono Gê que visa proceder a alteração da denominação da rua que menciona para Rua Maria Cleonice Costa.

Recebido em 18 de novembro de 2022, o Projeto de Lei nº 184/2022 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição e Justiça por força do disposto no art. 102, I, 'a' e 'g' do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise dos aspectos legais e constitucionais da matéria.

A Presidente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, Vereadora Nair Dayana, recebeu o Projeto de Lei em questão e se autodesignou como relatora da matéria por força do r. despacho, datado de 21 de novembro de 2022.

Sem mais, passa-se à fundamentação.

### **2. Fundamentação:**

## **2.1. Da Competência**

A análise desta Comissão se restringe ao disposto no Regimento Interno desta Casa nas alíneas “a” e “g” do inciso I do artigo 102, conforme abaixo descrito:

*Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:*

*I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:*

*a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*  
*(...)*  
*g) admissibilidade de proposições.*

O Projeto de Lei em questão busca alterar a denominação da Rua Estrada Parque Local - EPL-34, situada entre as quadras 09 e 10, no Loteamento Setor de Mansões Concórdia, neste Município de Unaí (MG), para Rua Maria Cleonice Costa.

Cabe à Câmara Municipal de Unaí, com a sanção do Prefeito Municipal, a competência para proceder à alteração ou denominação de próprios públicos, sendo, portanto, tal desiderato de iniciativa comum do Senhor Prefeito, Vereadores, Comissões ou Mesa Diretora. Vale trazer a lume o inteiro teor da norma maior que é a Lei Orgânica do Município que assim dispõe em seu artigo 61.

*Art. 61. Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de interesse do Município, especialmente:*  
*(...)*  
*XXIII - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos, na forma desta Lei Orgânica;*

Sobre a iniciativa de leis municipais que denominam bens públicos, o STF reconheceu competência concorrente de Prefeito e Câmara Municipal para dar nomes a ruas emitindo decisão de repercussão geral sob o Tema 1070, no seguinte sentido:

*“Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de matéria constitucional e de repercussão geral. Por maioria, o Tribunal deu provimento ao recurso extraordinário para declarar a constitucionalidade do art. 33,*

*XII, da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, concedendo-lhe interpretação conforme à Constituição Federal, no sentido da existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivo (decreto) eo Legislativo (lei formal), para o exercício da competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Roberto Barroso e Marco Aurélio. A seguinte tese foi fixada no voto*

*do Relator: “É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições”. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019”. (grifo nosso).*

Assim, o PL n.º 184/2022 não apresenta vício de iniciativa.

## **2.2. Do mérito:**

Extraí-se que a Senhora Maria Isabel de Araújo Lara faleceu no dia 16 de agosto de 2016 (fl.06) e era natural de Uruguaiana (MG) e foi casada com o Senhor Vicente Rocha Costa, com quem teve 3 filhos.

“A trajetória de vida desta “guerreira” em Unaí inclui a participação do movimento Cursilista, Coordenação do grupo São Tiago e do Abrigo Frei Anselmo, atuação no Apostolado da Oração, coordenadora da vinda de Nossa Senhora de Fátima à cidade de Unaí, dentre outras ações.”

O artigo 2º da Lei Municipal n.º 2.191, de 30 de março de 2004, dispõe que:

*Art. 2º Todas as vias e logradouros públicos do Município serão identificados de forma a possibilitar sua localização inequívoca na malha viária da cidade, exceto:*  
*I – os logradouros não oficiais, assim entendidos os que não pertençam a plano de loteamento aprovado ou regularizado;*  
*II – os logradouros do tipo passagem e viela.*

A Emenda à Lei Orgânica n.º 35, de 23/2/2016 revogou o parágrafo 1º do artigo 221 da Lei Orgânica, ou seja, não é mais necessário a comprovação do prazo de mais de um ano de falecimento do homenageado.

Diante do exposto, conclui-se que a proposição está devidamente instruída com os seguintes documentos:

- I – curriculum vitae do homenageado (fl.5);*
- II – Certidão de óbito do homenageado (fl.6);*
- III – a identificação completa da via ou do logradouro a ser denominado ou alterado, inclusive a planta ou croqui do local fornecidos pelo setor competente da Prefeitura que poderão ser juntados ao processo no curso da tramitação do respectivo projeto (fl.8);*
- IV – Certidão expedida pela Prefeitura, por meio de seu setor competente, que demonstre que a via ou logradouro público que se pretende denominar ou alterar não possui identificação (fl.7); e*
- V – a justificativa circunstanciada que demonstre o atendimento das normas básicas editadas por esta Lei (fl.3).*

Assim, esta relatora concorda plenamente com a presente homenagem póstuma e entende que os requisitos legais foram cumpridos.

### **3. Conclusão:**

Em face do exposto, opina-se pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n.º 184/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 23 de novembro de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADORA NAIR DAYANA  
Relatora Autodesignada